países, uma vez que seus produtos, como já foi dito, recebem na fonte diversos tipos de subsídios governamentais, o que torna seus preços bastante competitivos em relação ao produto brasileiro.

Em face do crescente aumento das cotações do algodão no mercado externo, poderá ocorrer um deslocamento da oferta dos países do Mercosul, sendo suas exportações direcionadas para outras localidades, principalmente a China, que na próxima safra deverá ser um importador de peso, em conseqüência da redução de sua produção, devido ao ataque de lagartas às plantações.

Conforme os dados do balanço de oferta e demanda dos principais países produtores e levando-se em conta o Mercosul, a Argentina e o Paraguai apresentam crescimento em seus potenciais de exportação. A Argentina deverá triplicar e o Paraguai aumentará em 20% suas exportações.

VIRGINIA CARDOSO WANICK VIEIRA

SOJA

Os competidores se aproximam

As produções argentina, brasileira e paraguaia têm peso expressivo no total mundial da cultura da soja. A brasileira é a maior das três, mas é a que enfrenta mais dificuldades.

O sucesso do Brasil no mercado internacional da soja é sempre apresentado como um exemplo da vitalidade da agricultura do país. Nada mais justo. Nos primeiros anos da expansão da sojicultura, além de ela se beneficiar dos bons preços vigentes no mercado externo, tinha-se a vantagem da localização das zonas produtoras ao sul do Hemisfério Sul, o que lhes permitia vender fora da época de comercialização do maior produtor mundial, os EUA. Na mesma época, embora de forma mais lenta, um competidor aparecia na mesma região: a Argentina. Atualmente, os argentinos, os vizinhos mais fortes do Mercosul, são o maior exportador mundial dos óleos de soja e de girassol e competem com os brasileiros pela primeira posição nas exportações do grão (em 1994, o Brasil ficou em primeiro lugar). O Brasil é, também, além de segundo maior produtor de soja em grão do mundo, o segundo maior consumidor do óleo, e aproxima-se da segunda posição no consumo do farelo.

Apesar de a produção brasileira ser competitiva, é preocupante, para as entidades ligadas ao subsetor da soja no país, perceber a ocorrência de perdas de mercado para o produto subsidiado dos EUA e para a vantajosa produção argentina. Esta vantagem é objeto de estudos em diversos países. Afinal, enquanto a área plantada no Brasil oscilou desde o início da década passada, mas se manteve ao redor dos 10 milhões de hectares, a área cultivada argentina triplicou no mesmo período. O processamento industrial igualmente pouco se alterou por aqui (13 milhões de toneladas, em média), enquanto decuplicou na Argentina, chegando a 7 milhões de toneladas/ano. Neste aspecto, também começou a aparecer o Paraguai, que passou a se destacar como esmagador de soja desde 1991.

Aliás, o Mercosul, para a soja, também conta com a ascendente produção paraguaia. Os três países juntos representam aproximadamente 30% da produção mundial e 40% das exportações.

É preocupante perceber a ocorrência de perdas de mercado para a soja subsidiada dos EUA e para a vantajosa produção argentina.

Vários fatores explicam as dificuldades brasileiras

A perda de expressividade da sojicultura brasileira, segundo estudos de diferentes fontes, compilados para a elaboração da Base de Dados da Integração Agrícola e Agroindustrial apresentada nos *Estudos de Política Agrícola*, nº 24, do Ipea, deveu-se a:

"1. Alta incidência de tributos na exportação de grãos, farelo e óleo de soja e elevadas taxas portuárias, conjugadas à precária infra-estrutura de transportes.

2. Elevados subsídios norte-americanos a exportações de óleo de soja.

3. Política tributária adotada pela Argentina, de menor taxação das exportações de derivados em relação à matéria-prima, ou seja, o grão sofre a taxação de 10,5% e o farelo e o óleo de 4,5%, enquanto no Brasil as vendas externas são gravadas em aproximadamente 16% para o grão, 14% para o farelo e 11% para o óleo de soja. Essa diferença tributária força o Brasil a diminuir muito os preços do farelo e do óleo para tornar-se mais competitivo, acarretando redução compulsória na margem de esmagamento das indústrias, o que se reflete negativamente na remuneração do produtor nacional.

4. O Acordo de Complementação Econômica (ACE) nº 14 prevê redução das alíquotas incidentes nas importações de óleo de soja de 20% para 6% no produto bruto e para 10% no refinado. Esta redução proporciona condições suficientes para o óleo argentino ser comercializado no Brasil a preços menores do que o da indústria nacional.

5. Por último, cabe salientar que a expansão da cultura de soja no Brasil Central aumentou consideravelmente as distâncias entre as zonas de produção e os portos de exportação, onerando os custos finais e, conseqüentemente, reduzindo a competitividade do setor em nível de preço final."

Em razão principalmente dos custos portuários, o produtor brasileiro recebe 69% do preço FOB da soja, enquanto o argentino recebe 88% e o norte-americano 92%.

Com efeito, os 10,5% atribuídos à taxação argentina referem-se a 6% do imposto de exportação (*retenciones*), 3% da "taxa de estatística" e 1,5% do Instituto Nacional de Tecnologia Agrícola. Até 31 de dezembro de 1994, porém, as *retenciones* foram mantidas em nível mais baixo, de 3,5% para o grão, com o *reintegro* (restituição) de 2,5% para o farelo e o óleo. Após 1º de janeiro de 1995, determinou-se que o *reintegro* passaria a 6%. As alíquotas brasileiras para o subsetor são de 10% para o óleo, 8% para o grão e 6% para o farelo, havendo a expectativa de que venham a ser ratificadas como a tarifa externa comum, o que caracterizará a união aduaneira no subsetor.

As vantagens têm aumentado

É compreensível que os argentinos procurem compensar sua valorização cambial, ligada ao viés importador de seu plano de estabilização econômica. Há alguns anos, as *retenciones* chegavam a 27%, e foram caindo de modo acelerado. Contudo, acredita-se que o forte ajuste pelo qual o país passou em anos recentes tenha melhorado sua competitividade. Até a privatização dos portos, seguramente, contribuiu para reduzir os já baixos custos da produção argentina. Segundo estudo da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), gastam-se US$28/t no Brasil para o transporte do grão ou do farelo até o porto. Na Argentina, gasta-se menos (US$14/t) do que nos EUA (US$15/t). Isto faz com que o agricultor brasileiro receba apenas 69% do preço FOB do produto, enquanto o argentino recebe 88% e o norte-americano recebe 92%.

A expansão da fronteira agrícola pela soja brasileira é vista pelos argentinos como um resultado dos subsídios dados pelo governo do Brasil. O trabalho intitulado *Mercosur: complejo oleaginoso*, de Andrea M. Dansa, publicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca da Argentina, diz que:

"Brasil no es un exportador estructural como la Argentina y cuenta además con una industria procesadora sobredimensionada. Además consome el 70% del aceite que produce y casi el 30% de la harina. En este país, la agroindustria aceitera fue promocionada crediticia y tributariamente como parte de uma política general de desarrollo, lo que dió origem a un sobredimensionamiento de la capacidad instalada. Aún hoy se ponen en juego esos mecanismos posibilitando el funcionamiento de firmas en lugares de situación antieconómica, debido a la distribución de producción primária y a los elevados costos de transporte."

Crescem a área e a produção na Argentina

Soja — produção da Argentina, Brasil e Paraguai — 1992/93 a 1994/95

	Área colhida			Produção		
País	1992/93	1993/94	1994/95	1992/93	1993/94	1994/95
Argentina	5,02	5,62	5,46	11,45	11,90	12,30
Brasil	10,49	11,37	11,20	22,78	24,62	23,50
Paraguai	0,92	0,93	0,93	1,80	1,68	1,76

Fonte: *Oil World*.

Realmente, este processo fez com que o Mato Grosso do Sul, estado onde se tem alcançado rendimentos físicos comparáveis aos maiores do mundo, seja o que apresenta o custo de produção mais alto entre os principais produtores brasileiros. O estado de São Paulo registra o custo mais baixo, mesmo assim maior do que o custo médio da Argentina. Na comparação feita pelo trabalho mencionado acima, em 1987, o custo paulista era de US$139/t e o argentino de US$113,40/t. O matogrossense alcançava, então, US$183,34/t.

O diferencial tributário é um grande problema

Cabe destacar que, em 1980, a distância média entre as zonas produtoras brasileiras e os portos era de

662km, e passou para 895km 10 anos depois. Na Argentina, a distância média é de 250km. Esta vantagem soma-se às naturais e às tributárias e, nestas últimas, vê-se que o diferencial tributário na Argentina (diferença entre os tributos sobre o grão e os derivados) aumenta a margem de esmagamento da indústria local. Esta consegue segurar a matéria-prima para processá-la internamente e vender farelo e óleo por preços mais baixos.

Pode-se dizer que, em lavouras conduzidas de modo profissional, é possível conseguir, no Brasil, resultados semelhantes aos dos vizinhos, em termos de produtividade física (entre 2 mil e 2.400 kg/ha). No entanto, o caráter cumulativo de contribuições como o Finsocial e o PIS, além do ICMS, encarece sobremaneira os insumos necessários a um melhor desempenho. Deste modo, segundo a Abiove, a grande causa pela qual o subsetor tem de se bater é a da harmonização tributária, que terá de vir, após 1º de janeiro de 1995. O parceiro menor da sojicultura, o Paraguai, por exemplo, isentou de impostos desde 1º de julho de 1992 todas as exportações do setor.

É interessante observar que, para o óleo, o Mercosul já funcionava um ano antes da data acordada, de janeiro de 1995. Isto porque a desgravação foi acelerada e zerou-se a alíquota de importação antecipadamente. Assim, as importações de óleo de soja do Mercosul (bruto, degomado, para operações de *draw back*), que tinham aumentado para 100 mil toneladas nos dois últimos anos, passaram a algo próximo a 250 mil toneladas em 1994.

Também tem aparecido de forma competitiva no mercado interno brasileiro o óleo de girassol argentino, com a marca "Cocinero" sendo apresentada nos supermercados das grandes cidades, freqüentemente bem mais barato do que os similares do país.

Quanto à primeira colheita de soja do Mercosul, são boas as expectativas, em termos de produção. Espera-se que a produção brasileira fique próxima da obtida em 1993/94, podendo até ultrapassá-la, se o clima ajudar. O mesmo se aplica às safras argentina e paraguaia, que deverão aumentar. A safra argentina, que teve problemas climáticos semelhantes aos da brasileira, poderá chegar a novo recorde, com 12,5 milhões de toneladas. A situação das cotações no mercado internacional, porém, permanece um tanto difícil, em razão ainda da grande oferta norte-americana.

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

SALÁRIOS

Salários no meio rural e transformações

O desempenho dos salários rurais reflete as transformações da agricultura brasileira nas últimas décadas, entre elas aumento da produtividade e mudanças nos métodos de produção.

No primeiro semestre de 1994 os salários rurais, com exceção daquele do diarista, mantiveram-se praticamente estáveis em relação ao semestre anterior, variando entre -1,2% (tratorista) e 0,42% (administrador). Já as diárias registram substancial aumento, 7%, o que pode ser decorrente do fato de que junho é mês de pico das atividades agrícolas, notadamente as colheitas de cana-de-açúcar e de café. Tomando-se um prazo bem mais longo observa-se que, após um período de ascensão entre 1970 e 1975, a trajetória dos salários tomou uma direção declinante, ao tempo em que a inflação e a política salarial vigentes tornaram maiores as oscilações dos salários reais.

O desempenho dos salários rurais reflete as transformações pelas quais passou a agricultura brasileira nas últimas décadas, e que envolveram não só aumento de produtividade e mudanças nos métodos de produção como também um incremento significativo no uso de mão-de-obra assalariada e mudanças nas relações trabalhistas no campo. Isto levando em conta que, ainda no Censo Agropecuário de 1985, o mais recente de que se dispõe, mais de 70% do pessoal ocupado foi classificado como responsável e membro não-remunerado da família,